

Secretaria Regional da Solidariedade Social

Portaria n.º 18/2018 de 1 de março de 2018

O Decreto Legislativo Regional n.º 17/2016/A, de 28 de setembro, criou o Commissariado dos Açores para a Infância, entidade de âmbito regional, com autonomia administrativa e que funciona na dependência do membro do Governo Regional com competência em matéria de solidariedade social.

O Commissariado dos Açores para a Infância tem por missão a defesa e a promoção, na Região Autónoma dos Açores, dos direitos das crianças e jovens e exerce, na Região, entre outras, as atribuições e competências conferidas por lei à Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Considerando que, de acordo com a alínea k) do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2016/A, de 28 de setembro, compete ao Conselho Regional, enquanto órgão do Commissariado dos Açores para a Infância, definir o modelo de cartão de identificação dos membros das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens instaladas na Região a submeter à aprovação do membro do Governo Regional competente em matéria de solidariedade social.

Considerando que, em observância ao disposto no normativo supra enunciado em conjugação com o disposto no artigo 15.º do mesmo diploma, o Conselho Regional do Commissariado dos Açores para a Infância, na modalidade alargada, definiu o modelo do cartão de identificação dos membros das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens instaladas na Região Autónoma dos Açores, o qual foi submetido à aprovação do membro do Governo Regional com competência em matéria de solidariedade social

Assim, ao abrigo da alínea k) do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2016/A, de 28 de setembro, manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pela Secretária Regional da Solidariedade Social, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

É aprovado o modelo do cartão de identificação de membro de comissão de proteção de crianças e jovens, na Região Autónoma dos Açores, em anexo à presente portaria, que dela faz parte integrante.

Artigo 2.º

Emissão do cartão

1. O cartão de identificação de membro de comissão de proteção de crianças e jovens, na Região, é emitido pelo Commissariado dos Açores para a Infância, mediante confirmação do estatuto de membro pela respetiva comissão.

2. No caso de perda ou extravio, o requerente solicita a emissão de segunda via do mesmo ao Commissariado dos Açores para a Infância, prestando os esclarecimentos e fornecendo os elementos que lhe forem solicitados para este efeito.

Artigo 3.º

Características do cartão

1. O cartão tem as dimensões de 85,60 mm por 53,98 mm, com a espessura de 0,76 mm, impressos no standard CR – 80 e contendo a Bandeira da Região Autónoma dos Açores, a expressão REGIÃO

AUTÓNOMA DOS AÇORES, o logotipo do Comissariado dos Açores para a Infância, a fotografia do membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e o nome da Comissão que integra bem como o nome do seu titular e o número do cartão de identificação de membro de CPCJ.

2. A fotografia é de tipo passe, de dimensão 2 por 2,5 cm, com o titular a apresentar-se de frente e sem óculos de sol e deve ser submetida em formato JPEG, com resolução de 360 dpi, em modo de cor RGB.

Artigo 4.º

Validade do cartão

1. A validade do cartão de identificação consta do verso, e deve coincidir com a duração do mandato, não podendo ser superior a três anos, a partir da data da sua emissão.

2. Ocorrendo caducidade do cartão de identificação, deve o titular do mesmo proceder à devolução do cartão caducado ao Comissariado dos Açores para a Infância.

3. Nos casos em que ocorra interrupção de mandato o cartão de identificação do membro da comissão que cessa funções deve ser devolvido ao Comissariado dos Açores para a Infância.

4. A renovação do cartão de identificação, no caso de se verificar renovação do mandato dos membros da comissão de proteção, nos termos do artigo 26.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, compete ao Comissariado dos Açores para a Infância, que providenciará pela emissão e envio do novo cartão.

Artigo 5.º

Uso do cartão

O cartão de identificação de membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens apenas pode ser usado no exercício daquelas funções.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

A presente Portaria entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional da Solidariedade Social.

Assinada em 6 de fevereiro de 2018.

A Secretária Regional da Solidariedade Social, *Andreia Martins Cardoso da Costa*.

ANEXO

Anverso do Cartão

 REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	 COMISSARIADO DOS AÇORES PARA A INFÂNCIA
<div>FOTO</div> 	Cartão de Identificação N.º Nome do titular: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de ...

Verso do Cartão

<p align="center">Dever de Colaboração</p> <p>Nos termos do artigo 13.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual, os serviços públicos, as autoridades administrativas e as entidades policiais têm o dever de colaborar com as comissões de proteção no exercício das suas atribuições.</p> <p>O dever de colaboração incumbe igualmente às pessoas singulares e coletivas que para tal sejam solicitadas.</p> <p>O dever de colaboração abrange o de informação e o de emissão, sem quaisquer encargos, de certidões, relatórios e quaisquer outros documentos considerados necessários pelas comissões de proteção, no exercício das suas competências de promoção e proteção.</p> <p align="center">Assinatura do Titular</p> <p align="center">_____</p> <p align="center">Este cartão é pessoal e intransmissível.</p> <p align="center">Em caso de extravio, o seu titular deve comunicar o facto à Comissão.</p> <p align="center">Pede-se a quem encontrar este cartão o favor de o remeter à referida entidade.</p> <p>Data de emissão: __/__/__ Data de validade: __/__/__ Modelo aprovado pela Portaria: ____de____</p>
